



CONQUISTAS E LIÇÕES DE UMA GREVE VITORIOSA

O modo pelo qual o Cruesp recebeu nossa pauta unificada, no dia primeiro de abril de 2004, já era indício de maus presságios, permitindo antever como seriam as negociações. O Fórum das Seis foi recebido por uma funcionária da reitoria da USP que, atemorizada com suas novas funções, sequer admitia que entrássemos na reitoria, querendo protocolar o documento ali mesmo, no balcão de informações.

Maus presságios que se confirmaram. Negociações de fato, apenas após 62 dias de greve, quando então os reitores assumiram sua condição de representantes da comunidade das três Universidades Públicas Paulistas, e não meros porta-vozes do governador Zeroaldo Alckmin e executores de sua política eleitoreira de expandir vagas e campus das universidades e do Centro Paula Souza, arrancando os recursos necessários dos salários de docentes e funcionários. Aí, o Cruesp apresentou a proposta de reposição da inflação dos últimos doze meses mais uma política salarial.

Cabe perguntar: por que os reitores não fizeram essa proposta antes? O que os impedia? O que mudou no cenário político, que permitiu fazer a proposta?

Não temos dúvida de que a resposta só pode ser encontrada no campo político, pois o cenário econômico não se alterou. Embora os reitores insistam na versão de que o ICMS cresceu além das expectativas, nós reiteramos que o ICMS vem evoluindo exatamente conforme as previsões. As do Fórum, evidentemente. Como não temos a pretensão de ser detentores de algum método infalível, secreto e quicá mágico, temos certeza de que as previsões da Secretaria da Fazenda caminham na mesma direção, desde que se considerem as previsões reais, aquelas com as quais o governo – e as universidades – trabalham, e não aquelas divulgadas aos simples mortais.

Aliás, a arrecadação de julho mais uma vez confirmou o acerto de nossos números e o quanto os dados divulgados pelo governo são subestimativas; é com base em nossos dados que temos afirmado que a aplicação da fórmula de política salarial em

janeiro deverá resultar em reajuste próximo de 1,7%, completando assim 6% de recuperação salarial na campanha de 2004. Isto significa que teremos acumulado 73% de reajuste desde a campanha salarial de 2000. Significa, também, por outro lado, que acumulamos 3% de perda no mesmo período.

Registre-se, entretanto, que em 2001 recuperamos o salário de 1995, restando ainda a perda relativa a 1989, ano da autonomia; a relação entre o salário real médio de 2003 e o de 1989 é 49%.

Um reajuste de 4,18% é pouco, sem dúvida, especialmente se lembrarmos que estamos falando em recomposição salarial, e não em aumento. Na verdade, nunca tivemos aumento, apenas conseguimos, nos melhores anos, voltar ao poder aquisitivo anterior. Nem mesmo podemos falar em recuperar perdas, pois o que perdemos ao longo do ano, entre uma data-base e outra, nunca mais recuperamos. Aliás, como se poderia recuperar tudo que não pudemos usufruir, tudo que não pudemos propiciar a nossa família, pelas restrições econômicas que tivemos que nos impor?? Estas perdas são irreversíveis, o tempo é irreversível, sabemos bem...

Noves fora, é inegável a vitória de nosso movimento.

No plano financeiro, conseguimos diminuir nossas perdas, fazendo com que os reitores saíssem de sua posição inicial – e mantida durante 62 dias, nunca é demais lembrar! – e apresentassem uma proposta perfeitamente exequível, para ficarmos em uma palavra tão ao gosto dos comunicados do Cruesp. E a cada ano que conseguimos diminuir as perdas, mesmo que pouco, entramos na próxima campanha com maiores chances de vitória. Todos sabemos o quanto pode ser desmobilizador um cenário em que a defasagem salarial é grande demais, um cenário em que a reivindicação é grande demais. E é exatamente por termos conseguido, ano a ano, recuperar nossas perdas, que constituímos uma das categorias de trabalhadores brasileiros com salários menos defasados. Obviamente, isto não significa dizer que recebemos salários compatíveis com nossas funções

**ASSOCIE-SE À ADUNICAMP. PARTICIPE!
A ADUNICAMP SOMOS TODOS NÓS!**

e responsabilidades; apenas que temos conseguido lutar e conquistar vitórias ao longo dos anos.

No plano político, o movimento também foi vitorioso, em vários eixos.

A própria conquista financeira constitui uma vitória política.

A articulação da reivindicação salarial à luta por mais recursos para as Universidades Públicas e para o Centro Paula Souza teve uma visibilidade na mídia como há muito não conseguíamos. E por mais que pretendam deturpar os fatos, atribuindo caráter negativo a essa exposição na imprensa, os que acompanharam os noticiários sabem que poucas vezes se divulgou tanto e de modo tão correto a falta de recursos das instituições de ensino estaduais; poucas vezes se desvelou tanto e tão bem que, para o governador Zeroaldo Alckmin, educação não é investimento, mas despesa a ser cortada.

Perdemos a batalha da LDO, mas ainda não acabou a guerra; continuamos na luta, voltando à Assembléia Legislativa agora em setembro, na Lei Orçamentária, e em 2005, 2006, até conquistarmos o aumento da quota-parte na LDO. Mesmo sem a presença de reitores e diretores de unidades, estaremos lá, como temos estado sempre, conquistando o aumento do repasse para as Universidades.

Perdemos essa batalha. Mas quem ganhou? O rolo compressor tucano, tornado público? O diálogo à la Zeroaldo, regado a tropa de choque e spray de pimenta? Os deputados que votaram contra as universidades e o ensino tecnológico? (v. texto sobre a LDO neste boletim e retire seu cartaz com fotos e nomes dos deputados que votaram contra as universidades na sede da Adunicamp)

Mas fomos mais longe na luta por recursos para as universidades públicas. Descobrimos que o desconto de parcela do ICMS para a habitação antes do cálculo da quota-parte das Universidades foi declarado inconstitucional pelo STF em setembro de 2002. E desde então, tudo continuou como era antes, o governador confiscando aproximadamente 1,5% do orçamento de cada uma das três universidades públicas.

Dias antes da primeira reunião de negociação do Fórum com o Cruesp, tomamos conhecimento

do decreto lei 48.034/03, que isenta de ICMS as compras feitas por órgãos estaduais. Questionados, os reitores afirmaram que não haveria qualquer prejuízo para as universidades, pois a redução da arrecadação seria compensada pela isenção do imposto nas compras feitas pelas universidades. Posteriormente, tanto os reitores como assessores de parlamentares do PT e do PSDB confirmaram nossa avaliação inicial: o decreto significa confiscar, sub-repeticamente, aproximadamente 4% do orçamento das universidades e também dos repasses para os municípios.

E não devemos esquecer da perda provocada pela evasão fiscal, seja pela sonegação, seja pela renúncia fiscal, estimada pelo próprio Secretário da Fazenda como equivalente ao que é arrecadado. Isto é, para cada real arrecadado, outro real é desviado para cofres particulares, com a conivência do governo. Pode-se supor que o governo tenha outros mecanismos arrecadatários, que compensem essa perda, a ponto de não investir contra a corrupção da própria máquina.

Assim, de confisco em confisco, Zeroaldo vai burlando sua própria LDO e retirando recursos das universidades, 1,5% aqui, outros 4% ali, mais 50% logo adiante... E assim entendemos porque nossos salários valem metade do que valiam antes da autonomia e ainda porque precisamos fazer greve por 66 dias para conquistar a reposição da inflação pelo IPC-FIPE. Realmente, o arrocho salarial do funcionalismo é o instrumento de arrecadação de recursos para sustentar a política eleitoreira do Zeroaldo, e sua imagem de austeridade e eficiência administrativas.

Cabe perguntar: qual a postura dos reitores em relação a todos esses modos de confisco?

Denunciar a política de expansão às custas do sucateamento e do arrocho do governador Zeroaldo foi também uma de nossas conquistas e, por sinal, essa denúncia apenas começou, com nossos cartazes e adesivos em toda parte, e disputados...

Mas as vitórias políticas de nosso movimento são mais amplas, e inscrevem-se também na história do Fórum das Seis, pelo fortalecimento das entidades e da unidade e solidariedade entre elas. A existência do Fórum das Seis constitui uma de nossas forças, um modo de organização peculiar das Ads e Sindicatos das três Universidades Paulistas e que explica os sucessos que temos colhido em nossos movimentos ao longo dos anos. Por isto mesmo, o Fórum atrai tanto antagonismo por parte dos reitores e dos governantes, a qualquer tempo. É fundamental entendermos que o Fórum é uma conquista nossa que não podemos deixar ser destruída.

A luta em defesa da Universidade Pública gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada foi o eixo de todos nós, que batalhamos nesta greve. A defesa de salários é parte essencial da



defesa da universidade e abrir mão dela pode significar o comprometimento definitivo da universidade pública. A destruição do sistema público e solidário de previdência social, perpetrada pelo governo Lula da Silva já nos fez perguntar quem sonhará com a carreira universitária, em um quadro em que se acumulam baixos salários, descontos integrais e ausência de aposentadoria decente. Se desistirmos, seja por que motivo for, de lutar por nossos salários, estaremos também contribuindo, mesmo que indiretamente, para o esvaziamento do quadro docente e a conseqüente destruição da instituição à qual dedicamos toda nossa vida profissional e boa parte de nossa vida afetiva.

Se desistirmos de lutar pela nossa universidade, como seremos capazes de barrar a reforma universitária que se anuncia para um futuro muito próximo? Uma reforma que, como a da previdência, desvela alianças nunca antes imagináveis entre Lula da Silva, FHC, Zeroaldo Alckmin e tantos outros...

Talvez seja por isso mesmo, pelo cenário sombrio no horizonte, que a reação dos docentes da Unicamp nessa campanha salarial levante algumas dúvidas e preocupações.

Não será novidade falarmos que a adesão dos docentes à greve foi baixa, muito aquém da história de nossos movimentos. Nesta conjuntura, precisamos refletir sobre algumas questões:

1. os docentes que não fizeram greve consideram seu salário muito bom, sem necessidade de reajuste?
2. consideram o reajuste necessário, mas acreditaram nas falas do reitor da Unicamp, que insistia na impossibilidade financeira?
3. se confiaram no reitor, como reagiram ao se mostrar viável a concessão do reajuste?
4. se apoiaram as reivindicações, por que não se engajaram na greve?

Mais uma pergunta. Por que a Assembléia da Adunicamp do dia 29 de julho, quando a diretoria encaminhou o indicativo de suspensão da greve, contou com a presença de grande número de docentes que não haviam aderido à greve? Não queremos acreditar que tenham ido para “acabar com a greve”, até porque já era pública a posição do Fórum, e da Adunicamp em particular, de indicar a suspensão da greve. Mas fica a dúvida: por que foram?

Talvez o futuro da Unicamp dependa de dedicarmos algum tempo a buscar essas respostas e para refletirmos sobre algumas posições assumidas por vários de nós nessa campanha de 2004.

Por fim, é importante destacar que se a greve foi restrita, poucas vezes pudemos notar tanta força e determinação como neste ano. Se a maioria dos docentes não entrou em greve, os que aderiram demonstraram uma firmeza e convicção políticas admiráveis.

Se a greve entre os docentes da Unicamp foi restrita, isso só aumenta o valor daqueles que a assumiram integralmente e a levaram até o fim. Ser



firme em uma greve com baixa adesão é infinitamente mais difícil. E a garra e confiança política dos docentes da Unicamp que seguraram a greve são reconhecidas e elogiadas por todas as demais entidades que compõem o Fórum das Seis, pois essa greve, mesmo restrita, foi fundamental para a coesão.

Aliás, não devemos omitir um dado fundamental: embora a reitoria da Unicamp insistisse em divulgar que nossa greve praticamente não existia, atingindo apenas 5% dos docentes, alguns documentos das pró-reitorias de graduação e de pós-graduação deram a dimensão de nosso movimento: 18,61% das turmas de graduação estavam sem nota e 59% dos alunos foram de algum modo afetados pela greve.

Esses números, aliados à firmeza da Comissão de Docentes eleita pela Assembléia para discutir a reposição de aulas, garantiram nossa outra vitória: a definição de um único calendário para o segundo semestre, a se iniciar em 19 de agosto representa o reconhecimento oficial de uma greve cuja existência se tentou, em vão, negar.

É pela firmeza e coragem dos docentes da Unicamp que enfrentaram todas as dificuldades e assumiram a tarefa de levar esta greve até a vitória que a diretoria da Adunicamp se sente honrada e orgulhosa por ter podido representá-los e convida todos os docentes, especialmente os mais jovens, a se engajarem nesta luta, que não acaba, de defesa da Universidade Pública.

Suspendemos a greve pelo reajuste salarial, mas nosso movimento continua. Temos inúmeras tarefas e desafios pela frente: manter as lutas iniciadas nesta greve, pelo aumento de recursos para as universidades públicas; fortalecer o Conselho de Representantes da Adunicamp, realizando eleições nas unidades sem representação; ativar os GTs sobre Reforma Universitária; sobre expansão de vagas; acompanhamento do orçamento das universidades; alternativas de crescimento econômico sustentado. Inscreva-se (3788-2476; diretoria@adunicamp.org.br) para participar dos GTs, enriquecendo as discussões e fortalecendo nossas lutas.

Participe!

A Adunicamp somos todos nós!!

A LDO E A INDEPENDÊNCIA DOS PODERES

César Minto e Lighia Matsushigue*

Uma das demandas, claramente colocada pelos movimentos sociais ao governo do Estado de São Paulo, contemplada no Plano Estadual de Educação – proposta da sociedade paulista (PL nº 1.074/2003, *Diário Oficial do Estado*, Poder legislativo, 16/10/2003, ainda em tramitação na ALESP), diz respeito à expansão da Educação Superior pública, gratuita e de qualidade. De fato, a sociedade considera inadmissível que o Estado de São Paulo tenha menos de 1,8% de seus jovens entre 18 e 24 anos atendidos pelas universidades públicas, porcentagem esta inferior inclusive à de outros Estados da federação.

Nas democracias modernas, o parlamento constituiu-se no poder para o qual deveriam afluir as necessidades e urgências que a sociedade tem em relação à instância de Estado ali representada. Assim, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) estaria ecoando demandas e preocupações da população do Estado mais pujante da nação.

No recente episódio da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005, parcela significativa da sociedade paulista viu-se, contudo, defrontada com uma outra perspectiva e missão da ALESP, não como órgão cartorial e chancelador de decisões do Poder Executivo. Por mais de uma vez, estudantes, funcionários e docentes acompanharam, estupefatos, os trâmites da LDO pela ALESP. Enviado pelo Executivo, o projeto de LDO do governo recebeu acima de 2 mil emendas por parte dos deputados da ALESP, dentre elas, treze (13) contemplavam aumentos na dotação para as universidades e para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, que congrega as FATEC do Estado, além de um grande número de Escolas Técnicas. Tais emendas, necessárias para expansão do ensino público com qualidade, assim como também 90% das demais emendas, foram sumariamente suprimidas num dos primeiros passos da

tramitação legislativa, ou seja, no relatório oficial apresentado pelo deputado Roberto Engler (PSDB), para esvaziamento das várias comissões representativas das universidades e das FATEC, que tentaram interlocução com o deputado Roberto Engler, antes da conclusão do referido Relatório. Este fato vinha sendo anunciado, por este deputado, com a pretensão justificativa de se tratar de “lealdade ao governo”. A alternativa possível, segundo o regimento interno da ALESP, após a aprovação do relatório Engler pela Comissão de Finanças e Orçamento, foi a proposição de um roteiro alternativo de votação pelos partidos de oposição. Entretanto, a chance maior, como de fato ocorreu, no dia 13 de julho, se configurava na simples aprovação do roteiro de votação do governo, dada a maioria que o mesmo possui naquela Casa, cerca de 2/3 dos deputados, que, em geral, tem caracterizado as votações na ALESP. Destarte, nenhuma das emendas favoráveis ao Ensino Superior sequer teve a possibilidade de ser submetida ao voto da ALESP, sendo barrada muito antes pela penada do relator “fiel ao governo”!

A independência entre os três poderes, os quais, constitucionalmente, deveriam zelar pelo desenvolvimento do Estado e da nação, revelou-se assim, inexistente neste episódio lamentável. Que alguns jovens tenham sucumbido à revolta gerada pela descabida submissão da ALESP aos ditames do Executivo, não é de se estranhar, ainda mais que parcela ponderável dos jovens estão vivenciando, em primeira mão, o significado de uma expansão atropelada pelas exigências do Executivo, sem previsão de recursos para a manutenção da qualidade da educação superior pública oferecida pelas FATEC, pela UNESP, pela UNICAMP e pela USP e, muito menos, para a necessária expansão dessas instituições.

* César Minto é segundo vice-presidente da Adusp. Lighia Matsushigue é membro da diretoria ampliada da Adusp.

Moção em defesa do legítimo exercício do direito de greve e contra qualquer ameaça ou punição aos que lutaram em defesa da Universidade Pública

Os docentes da Unicamp, reunidos em Assembléia Geral Permanente da ADunicamp, deliberaram, em 29 de julho de 2004, vir a público afirmar que:

1. A vitória da greve se deve à luta de todos os estudantes, funcionários e professores que, sob a batuta de suas entidades representativas e sob a coordenação do Fórum das Seis, apoiaram e participaram ativamente do movimento em defesa da Universidade Pública.
2. Todas as ações que compuseram a história desta greve, sem exceção, foram ações legítimas, movidas pelo desejo de defender o interesse público e quebrar a intransigência do CRUESP - que só negociou, efetivamente, após 62 dias de greve - sendo todas elas perfeitamente enquadradas nas tradições históricas do movimento trabalhista e na cultura democrática e sindical brasileira, sobretudo após os avanços conquistados nas heróicas greves dos metalúrgicos do ABC na década de setenta e na luta pelo fim da ditadura.
3. É descabida a intenção manifesta do CRUESP de instituir “procedimentos institucionais” para avaliar “o que é” e “o que não é” uma ação legítima de greve, pois representa uma ameaça velada ao conjunto do movimento, dado que não há uma definição explícita do que se entende por “procedimentos institucionais”.

A Assembléia de Docentes considera inaceitável qualquer tipo de ameaça, retaliação, perseguição ou punição contra qualquer estudante, funcionário ou professor que tenha participado da brava luta que travamos em defesa da Universidade Pública.

O OCULTAMENTO DA GREVE: POLÍTICA E IDEOLOGIA

Caio N. de Toledo*

Por ocasião da greve das universidades estaduais paulistas, a profa. Walquíria Leão Rego concedeu uma entrevista ao *Jornal da Unicamp* (no. 258); duas semanas depois, publicou um artigo no tradicional jornal *O Estado de S. Paulo* que também foi divulgado pela Assessoria de Imprensa da Unicamp**. Nestas duas intervenções, a docente do IFCH concentrou sua análise na discussão do episódio da ocupação da Reitoria da Unicamp – em suas palavras – por um “violento grupo de manifestantes”. Publicados no calor da hora, estes textos produziram efeitos no processo político e ideológico em que estiveram envolvidos, durante o movimento grevista, os diferentes setores da comunidade universitária.

Nestas notas, pretendo mostrar que, embora motivados por intenções críticas, os dois textos acabaram se enredando nas malhas do discurso ideológico. Deixando de analisar aspectos centrais da greve, omitindo informações relevantes e, particularmente, não esclarecendo as diferentes perspectivas, as motivações e os comportamentos dos diferentes protagonistas do movimento, a entrevista e o artigo careceram de objetividade e isenção. A rigor, ao limitarem a análise ao episódio da ocupação da reitoria, contribuíram – como é típico do trabalho da ideologia – para difundir uma visão parcial, enviesada e interessada dos acontecimentos. Neste sentido, a opção política dos textos ficou, assim, plenamente evidenciada.

De início, deve ser observado a inteira coincidência entre o relato dos acontecimentos feito pela socióloga e o das autoridades universitárias que, logo após o incidente, assinaram notas dirigidas à comunidade condenando a ação estudantil; igualmente, termos como “ação antidemocrática”, “barbárie”, “vandalismo”, “primitivismo”, “depredação” – bem como a equívoca e sinuosa expressão “grupo de manifestantes” (ao invés da denominação adequada de “grupo de estudantes”) – aparecem nas notas e foram endossados pela autora. Pode-se concluir que a profa. Walquíria elaborou sua crítica baseada apenas nas informações amplamente veiculadas pelos meios de comunicação à disposição da Reitoria da Unicamp (jornal, portal, comunicados, boletins etc). Em contrapartida, a visão dos estudantes – difundida em boletins afixados nos murais do

campus e num sítio da internet –, em nenhum momento foi contemplada pela análise da docente. A este respeito, algumas questões, de imediato, se imporiam: por que descartar *in limine* a versão daqueles que contestavam as informações da Reitoria da Unicamp? Um juízo objetivo e ponderado não exigiria que outras versões sobre os fatos ocorridos no *campus* fossem conhecidas, examinadas e confrontadas? A desqualificação e a suspeição em relação ao discurso do outro são, bem sabemos, mecanismos inerentes da produção da ideologia.

Curiosamente, seja na entrevista seja no artigo no *Estado*, omitiu-se um dado de crucial importância para o leitor formar seu julgamento: não somos informados que o episódio da “invasão da Reitoria” se deu durante um Ato político que reuniu, de um lado, docentes e funcionários e, de outro, centena de estudantes que ali estavam para participar do II Encontro Estadual de Estudantes das universidades públicas paulistas. Naquele momento, os estudantes, que ali se encontravam para debater problemas específicos de sua categoria, reiteraram seu apoio ao movimento grevista decretado pelo Fórum.

Sintomaticamente, nas duas intervenções da profa. Walquíria, a palavra greve prima pela sua absoluta ausência. Ora, sem esclarecer que um movimento grevista estava em curso nas universidades públicas paulistas e que os estudantes protestavam contra o não-atendimento de um conjunto de reivindicações, a ocupação da reitoria – decidida “por conta e risco dos estudantes” – aparece, ao leitor desavisado do jornal paulistano, como um raio em céu azul... De outro lado, o uso da expressão “fascismo” para caracterizar a ação estudantil em nada contribui para o debate e a crítica política.**

Mas a palavra não-dita cumpriu uma função estratégica nos textos. A análise do discurso denomina de efeito de deslocamento a ausência da expressão greve nas formulações da socióloga. A ocultação da realidade conflitiva da greve desempenhou, pois, um efetivo papel ideológico: desviou a análise do enfrentamento da discussão de questões centrais e cruciais vividas pela comunidade acadêmica na conjuntura da greve. Assim, ao dar ênfase ao episódio da ocupação da reitoria, a profa. Walquíria se limitou a discutir um aspecto periférico e secundário do movimento gre-

vista. Neste sentido, seus textos confluíram com a orientação do Cruesp que alardeou e magnificou o incidente no *campus*. Mas, reconheça-se, o Cruesp foi mais longe: em lacônica nota exigiu, de forma arbitrária, que o Fórum das Seis repudiasse a “invasão da Reitoria” sob pena de não mais se reunir os representantes do movimento. Esse autêntico *diktat*, porém, foi firmemente rejeitado pelas entidades de docentes e de funcionários.

Nos textos da docente do IFCH, a ação estudantil é explicitamente condenada e relegada ao campo da “não-política”, do puro “vandalismo” e do “autoritarismo”; no entanto, nenhum reparo crítico, é feito à atuação dos reitores em todo desenrolar da greve. Assim, fica suposto que, diferentemente da ação do “violento grupo de manifestantes”, o Cruesp teria tido uma conduta irrepreensível em relação aos demais protagonistas do movimento grevista, ou seja, teria sido tolerante e exemplar no respeito a seus interlocutores ao mesmo tempo em que teria incentivado e promovido um amplo e exaustivo debate com as direções do Fórum e do movimento estudantil.

Todos que participaram das assembleias docentes e dos atos convocados em defesa da Universidade pública (nas ruas, na Assembleia Legislativa de São Paulo, nos diferentes *campi* universitários) e que tomaram conhecimento dos comunicados do Fórum das Seis e dos boletins de suas entidades puderam avaliar que o Cruesp freqüentemente teve gestos e comportamentos intolerantes e foi incapaz, nas raras reuniões que se realizaram, de se abrir a um amplo e franco diálogo com as entidades do Fórum. Como se evidenciou, a única e efetiva reunião de negociação se verificou apenas dois meses depois de iniciada a paralisação. Uma conclusão, assim, se impõe: a responsabilidade maior desta extensa e desgastante greve se deveu fundamentalmente à rigidez das posições adotadas pelo Cruesp. Acerca disso nenhuma palavra foi dita nas duas intervenções da docente do IFCH.

A entrevista e o artigo da profa. Walquíria Rego, embora exaltassem estimados valores, canonicamente atribuídos à democracia e à ação racional (diálogo sem limites, crítica, persuasão, transparência, tolerância, não-dogmatismo *etc*), se equivocaram na medida em que assumiram – de forma unilateral, enviesada e pouco fundamentada – apenas a perspectiva de um dos protagonistas envolvidos no processo político e ideológico da recente greve universitária. Em relação às nossas demandas salariais, a posição do Cruesp era sintetizada e reiterada pela dogmática fórmula do “reajuste zero”. Se as entidades, reunidas em tor-

no do Fórum das Seis, tivessem aceitado passivamente a proposta que o Cruesp impunha ao movimento, todos teríamos perdidos. A universidade pública saiu vitoriosa com a luta dos docentes e funcionários que não se resignaram diante da intransigente política do atual Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.

Por último, se quisermos avançar no sentido de instituir processos democráticos de convivência em nosso *campus*, devemos repudiar a criminalização do episódio ocorrido no dia 2 de julho. Inquéritos e punições deveriam ser substituídos por amplos debates em todas as unidades da Universidade – envolvendo docentes, funcionários e estudantes – a fim de que todas as versões e visões sejam examinadas e discutidas. Ao invés de tribunais e medidas coercitivas, entendo que todos deveríamos nos submeter ao democrático processo político da crítica e da autocrítica.

Os dirigentes da Unicamp devem reconhecer que o ato da ocupação da reitoria não pode se constituir em pretexto para que se ignorem as reivindicações dos estudantes; são elas relevantes e suas soluções não podem ser indefinidamente procrastinadas. Como parte viva e ativa da comunidade acadêmica, os estudantes precisam ser ouvidos nas diferentes instâncias acadêmicas e suas demandas devidamente encaminhadas pelos dirigentes de nossa Universidade.

* Professor colaborador voluntário, IFCH.

** Na cobertura do episódio da ocupação da reitoria, o trabalho editorial, em geral de boa qualidade desenvolvido pelo *Jornal da Unicamp*, saiu comprometido. Deixou de ser imparcial e isento na medida em que divulgou apenas uma versão dos “fatos ocorridos”; igualmente não investigou nem difundiu outras interpretações que poderiam divergir daquela que acabou sendo privilegiada na entrevista concedida pela docente do IFCH. Sendo uma publicação que se propõe a representar a diversidade existente na comunidade acadêmica, o JU não deveria, como ocorreu com a edição de 12 a 18 de julho, se constituir em mero porta-voz da versão da Reitoria.

*** Neste sentido, os dois textos adotam a mesma postura da imprensa conservadora – da qual *Vêja* e o *Estadão* são seus melhores exemplos – quando qualificam de “fascistas” algumas ações do movimento social (no governo FHC, protestos da CUT e dos estudantes, foram assim denunciadas; no presente, as ocupações do MST recebem idêntico tratamento).

O DEBATE QUE NÃO HAVERIA COM TARSO GENRO

A Adunicamp foi convidada, pela liderança do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo, para participar de um debate com o Ministro da Educação, com o tema “democratização do acesso ao ensino superior”, a se realizar no dia 11 de agosto, no auditório Franco Montoro.



Na reunião do Fórum das Seis, estranhou-se o fato de que apenas as Ads tivessem sido convidadas; entramos em contato com a responsável pelos convites e fomos informados de que os sindicatos de trabalhadores das universidades não haviam sido convidados, pois os funcionários não se interessam pelo assunto (!!) e os estudantes já estavam representados pela UNE. Imediatamente, as três Ads informaram que não iriam se as demais entidades que compõem o Fórum não fossem convidadas – leia-se funcionários e estudantes –, o que resultou na afirmação de que tudo havia sido um engano, e todos estavam convidados.

Na platéia, a claque estava armada, com assessores parlamentares, dirigentes de universidades privadas ansiosos pelos recursos públicos prometidos pelo Prouni (ex-Universidade para todos) e jovens da periferia, integrantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU).

Imediatamente antes do início do debate, ao tentarmos nos inscrever para o debate, fomos informados pelos organizadores que a fala somente estava garantida para os reitores – além do Coordenador Geral da Unicamp, estavam presentes reitores de praticamente todas as universidades privadas do estado – e que as entidades poderiam enviar suas perguntas por escrito, para uma seleção pela mesa.

Os estudantes vinculados ao movimento estudantil não aceitaram a encenação e receberam o ministro com narizes de palhaço e ao som de vaias e palavras de ordem como:

“é ou não é, brincadeira de salão, tem dinheiro pra banqueiro mas não tem pra educação”

“ou pára essa reforma, ou paramos o Brasil”

“educação não é mercadoria”

O ministro discursou, repetindo alguns chavões já nossos conhecidos, como “esses pequenos burgueses privilegiados que já estão na universidade querem impedir que a população mais pobre possa

cursar a universidade”, porém o projeto do governo Lula da Silva não será impedido por “essas atitudes fascistas” e irá ampliar o acesso aumentando vagas nas universidades públicas e especialmente “comprando vagas nas universidades privadas”.

Aplaudido pelos jovens do MSU, só esqueceu de lhes contar quanto sua proposta é

demagógica e mentirosa, pois o projeto de Lula da Silva é, de um lado, garantir a saúde financeira das universidades privadas, privatizando recursos públicos que deveriam estar sendo investidos na manutenção e expansão das universidades públicas e, de outro lado, enganar a população “carente, de pobres, negros e ex-presidiários”, fazendo-os crer que estão cursando uma universidade quando somente estão circulando por instituições de venda de diplomas, sem garantia de qualidade ou instância a que recorrer, em caso de insatisfação ou de percepção da maracutaia. Nesse caso, nem ao bispo se poderá reclamar...

Ao final da fala, o líder do PT, deputado Cândido Vaccarezza comunicou que a bancada do PT, do Pcdob, do PMDB e do PPS estarão encaminhando, no próximo dia 17 de agosto, projeto de lei que institui o sistema de cotas nas três universidades públicas do estado, sendo 50% para alunos oriundos de escolas públicas e 30% como cota étnica.

O Fórum das Seis tentou discutir essa proposta com a liderança do PT, especialmente o fato de ser encaminhada sem discussão com as comunidades das universidades e as entidades, mas seu acesso foi impedido pela polícia. O ministro estava em uma coletiva de imprensa e não poderíamos nos aproximar, para não atrapalhar. Lá dentro, segundo informações, apenas os reitores das universidades privadas, depois a Apeoesp, e por fim a imprensa.

A assessoria do PT e vários parlamentares tentaram justificar, afirmando que o projeto já havia sido muito discutido nas universidades, em especial na Unicamp, onde era apoiado pela maioria dos docentes (!!)

No calor dessa discussão, um assessor deixou escapar que a agenda do ministro previa que ele fizesse 30 minutos e depois o debate poderia se arrastar por mais 20 a 30 minutos!

NOTA PÚBLICA DO ANDES SOBRE AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

O ANDES-SN se dirige às entidades do movimento organizado dos trabalhadores e estudantes e às que aglutinam setores comprometidos com o processo de consolidação da democracia no país e com a defesa dos direitos da maioria da sociedade brasileira para denunciar o recuo do governo no processo de negociação do reajuste salarial de 2004 dos docentes das instituições federais de ensino.

Desde abril, estabeleceu-se um processo negocial que se iniciou com o governo propondo um reajuste na gratificação de caráter produtivista que compõe os salários desses professores, mantendo a não-paridade entre ativos e aposentados (aposentados recebem 60% do valor da gratificação ou a média dos 2 últimos anos).

Essa proposta foi rejeitada pela esmagadora maioria das assembleias gerais da base do ANDES-SN e foi elaborada uma contraproposta pelo Movimento Docente que assegura:

- 1) extinção da gratificação produtivista;
- 2) paridade entre ativos e aposentados; e
- 3) isonomia entre as três carreiras (1º, 2º e 3º graus).

Flexibilizou-se em vários pontos, no sentido de que isso pudesse ser assegurado inclusive por meio de gratificação fixa, com calendário para incorporação das mesmas.

Durante esse processo, o governo fechou acordo com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional), que, por opção política do governo, abrange todos os docentes de 1º e 2º graus federais (22.400 docentes), inclusive da base do ANDES-SN. Isso sem permitir que esta parte da categoria fosse consultada, pois não entregou ao ANDES-SN proposta para ser avaliada pela suas bases.

Esse acordo extingue a gratificação produtivista deste segmento docente e cria uma nova gratificação, fixa e paritária. Para isso, o governo disponibilizou R\$ 92.800 milhões, R\$ 27.800 a mais do que era previsto em sua proposta de abril.

Esta atitude desrespeita claramente uma entidade sindical nacional e revela o “modus operandi” do governo no que se refere à relação com os movimentos sociais organizados dos trabalhadores.

No que se refere ao ANDES-SN, o governo apresentou, neste período, simulações diferenciadas de reajustes (no caso, para os docentes do 3º grau - 74.000), que inicialmente se limitavam a R\$ 231 milhões. No processo, o Sindicato, atuando junto ao MEC e ao MPOG, demonstrou que a metodologia

do governo estava equivocada e que, de fato, para assegurar sua proposta inicial para este segmento, seria necessário R\$ 372 milhões, o que foi reconhecido pelos representantes do governo. No dia 28/7, o governo apresentou simulações com este montante.

Cabe ressaltar que foram acordadas com o Ministério do Planejamento e Ministério da Educação a extinção da gratificação produtivista e a paridade entre ativos e aposentados. Acordo divulgado por esses Ministérios em diversos órgãos de imprensa e divulgação.

Analisando as simulações, o Movimento Docente, em suas assembleias gerais, deliberou por partir da simulação do governo, que propunha o fim da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e da paridade, e reivindicar um aporte da ordem de R\$ 72 milhões, o que seria de fato um aporte além do previsto pelo governo, para viabilizar a sua proposta de abril, e serviria para corrigir distorções no que se refere à isonomia entre as carreiras.

Nesse curso, o ANDES-SN decidiu adiar o indicativo de greve por acreditar que se avançava na construção de uma solução que corresponderia às demandas dos docentes.

No último dia 30, o governo apresentou uma proposta que, segundo ele, é a primeira oficial e a única possível.

Para estarrecimento de todo o Movimento Docente, o governo apresentou uma proposta que mantém a gratificação, suspendendo seu caráter produtivista, aumenta para 65% o percentual da gratificação paga aos aposentados e viabiliza reajustes acima da inflação do ano de 2003.

Essa proposta é um retrocesso frente ao acordo de extinção da gratificação produtivista e de recuperação da paridade entre ativos e aposentados.

Duas questões imediatas se colocam:

- 1) o governo assinou um acordo para uma parte dos docentes do ensino superior que garante os princípios da paridade e fim da produtividade e se nega a fazer o mesmo para outra parte; e
- 2) o governo aportou R\$ 21 milhões para o reajuste de 22.400 docentes de 1º e 2º graus e se nega a aportar R\$ 70 milhões para 74.000 docentes de 3º grau.

O que está em jogo é a defesa das instituições públicas de ensino superior, nas quais as condições de trabalho e de salário dos docentes são fundamentais.

Solicitamos o apoio dessa entidade à luta do nosso Sindicato no sentido de fazer valer nossas justas reivindicações.

Diretoria do ANDES-SN
Brasília, 2 de agosto de 2004